



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

86

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 311224-3

COMARCA: Paulista - 3ª Vara Cível

APELANTE: Maria de Fátima Martins da Silva

APELADO: JB de Santana - Mine Mercado

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO MONITÓRIA - SENTENÇA *ULTRA PETITA* - INOCORRÊNCIA - DESCARACTERIZAÇÃO DOS TÍTULOS COMO ORDEM DE PAGAMENTO - IMPOSSIBILIDADE - ALEGAÇÃO DE CHEQUES PAGOS - FALTA DE COMPROVAÇÃO - APELO IMPROVIDO.

1. A sentença emanada na Ação Monitória tem por objetivo conceder ao título outrora desconstituído de força executiva, o seu exercício pleno e comum, nas ações onde se pretende a recuperação dos valores devidos, desse modo, não pode ser considerada *ultra petita*.
2. Para a descaracterização dos títulos como ordem de pagamento, necessário a comprovação de instrumento contratual, ou qualquer outra prova que retire do credor o direito de exigir o pagamento dos referidos títulos.
3. É cediço que, para alegação de quitação total ou parcial dos cheques em deslinde, a necessidade de comprovação mediante recibo ou qualquer outro meio de prova.
4. Apelo que se nega provimento.

10



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

87

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso de **Apelação** n.º 311224-3, em que figura como Apelante Maria de Fátima Martins da Silva, e como Apelado J B de Santana, **Acórdam** os Excelentíssimos Desembargadores que integram a Quinta Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **negar provimento ao recurso**, tudo nos termos do voto do Relator e notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante deste aresto.

Recife, 02 de *julho* de 2014.


Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 311224-3

COMARCA: Paulista – 3ª Vara Cível

APELANTE: Maria de Fátima Martins da Silva

APELADO: JB de Santana – Mine Mercado

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

RELATÓRIO

RECURSO:

- Trata-se de Apelação Cível (fls. 65/67) interposta por Maria de Fátima Martins da Silva, nos autos da Ação Monitória, Cumulada com Indenização por Danos Morais de nº 0008116-29.2010.8.17.1090, tendo como autor ora Apelado JB de Santana – Mine Mercado, onde persegue a descaracterização de alguns títulos, por se tratar de cheques pré-datados não devidos, sob alegação de que os mesmos, se encontrarem incluídos em outros cheques.

SENTENÇA DE 1º GRAU:

Dispositivo sentencial constante às fls. 62/63, *ipsi litteris*:

“Lançadas tais premissas, com arrimo no art. 269, I do CPC, acolho a pretensão deduzida na petição inicial e condeno a ré ao pagamento dos valores reclamados pelo autor, valores esses consubstanciados nos

1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

cheques de fls. 27/39. Saliento que deverão incidir sobre os valores descritos nos cheques correção monetária e juros de mora, na forma do art. 406 do CC, a partir dos respectivos vencimentos dos títulos. Condeno ainda a ré ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios na razão de 20% do valor da condenação. Publicação e intimações em audiência. Registre-se. Transitando em julgado esta sentença sem interposição de recurso, tendo em vista que a determinação do valor da condenação depende de simples cálculo aritmético, aguarde-se a posterior manifestação da parte autora, nos termos do artigo 475-B, caput, do Código de Processo Civil e, em seguida, intime-se a ré para efetuar o pagamento do montante da condenação em 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação de multa de 10% (dez por cento) e expedição de mandado de penhora e avaliação, em conformidade com o artigo 475-J do supracitado diploma legal."

FUNDAMENTOS DO RECURSO DE APELAÇÃO:

- Nas razões do Apelo, a demandada aduz, em síntese, que a sentença *ultra petita*, não enxergou que vários títulos pagos estão incluídos dentro do outro de maior valor. Alega ainda, que a prova de títulos descaracterizados como ordem de pagamento é questão de fato, no qual deixou de ser apreciado, e que o juiz de piso, deveria ter o cuidado com o sistema de provas a ser produzido, e não, ter se apegado tão somente a prova documental de recibo de pagamento.

- Pugna, ao final, pelo provimento do presente Apelo, para reformar a sentença no sentido de apurar os títulos que realmente são devidos pelo Demandado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

CONTRARRAZÕES:

- Intimado a se manifestar, a parte Apelada deixou de oferecer Contrarrazões, conforme certidão de folha 71 dos autos.
- Em virtude de o valor da condenação não ultrapassar a importância de 60 (sessenta) salários mínimos, tampouco envolver a questão em lide matéria de alta indagação, por aplicação analógica do art. 551, §3º do CPC, referendado pelo art. 76, Parágrafo Único, do RITJPE, fica dispensada a remessa dos autos ao revisor, ocasião em que peço pauta.

É o Relatório.

Recife, 06 de *junho* de 2014.

[Assinatura]
Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

88

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 311224-3

COMARCA: Paulista - 3ª Vara Cível

APELANTE: Maria de Fátima Martins da Silva

APELADO: JB de Santana - Mine Mercado

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

VOTO PRELIMINAR

Conheço do recurso, porquanto presentes os pressupostos necessários a sua admissibilidade.

Cinge-se a presente preliminar em analisar se a sentença proferida pelo juiz de piso é *ultra petita*, como alegado pelo Apelante.

Vejamos!

Compulsando os autos, verifica-se que a sentença do juiz de piso, condenou a Demandada ao pagamento, apenas dos valores reclamados pelo Demandante, qual seja; os valores consubstanciados nos cheque acostados na Ação Monitória, com as devidas correções e honorários advocatícios reclamados na petição inicial. Portando, infundada a tese levantada pela Apelante de sentença *ultra petita*.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Pelo exposto, e sem mais delongas, rejeito a preliminar argüida.

É como voto.

Recife, 02 de julho de 2014.

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

90.

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 311224-3

COMARCA: Paulista – 3ª Vara Cível

APELANTE: Maria de Fátima Martins da Silva

APELADO: JB de Santana – Mine Mercado

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

VOTO DE MÉRITO

Cinge-se o debate do presente recurso em analisar se há, ou não, condenação ao pagamento de títulos não devidos de cheques pagos e que se encontra incluído dentro de outro cheque de maior valor.

Pois bem!

Compulsando minudentemente os autos, observo que o Demandante, assevera e faz prova com a juntada dos cheques originais que os mesmos foram devolvidos e se encontra em seu poder, o que sugere que os mesmos não foram adimplidos.

Por outra banda, a demandada alega que fazia compras semanais e no final do mês fazia encontros de contas somando os cheques, fazia os acertos e emitia o cheque no final do mês, totalizador das contas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

91

Como é cediço, é ônus do devedor exigir o respectivo recibo de pagamento e a comprovação do efetivo pagamento, conforme sustenta, sob pena de ser cobrado por dívida já paga. Ademais, o requerido informa que costumava efetuar o pagamento por meio de cheques no final do mês, contudo sequer o extrato bancário ou a microfilmagem dos mesmos restou acostado aos autos, prova de fácil obtenção e que serviria de prova da quitação dos referidos cheques.

Portando, entendo que a comprovação do alegado é ônus que lhe impunha, cabendo o Apelante o resgate dos cheques ou mesmo a exigência do respectivo recibo de quitação, o que não o fez, devendo, pois, suportar o ônus de sua desídia, valendo a aplicação do brocardo latino "*bis dat qui cito dat*" (quem paga mal, paga duas vezes).

Neste sentido é o posicionamento jurisprudencial, conforme se observa, in verbis:

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. Afasto a prescrição suscitada, pois a demanda é monitória, sendo cabível o ajuizamento com base em cheques sem eficácia de título executivo extrajudicial, face o decurso de prazo para apresentação. Quanto ao mérito, o devedor alega que a dívida foi paga, no entanto, não faz prova nesse sentido. A prova do pagamento se faz mediante a apresentação de recibo, e não por simples declaração. Na audiência de instrução o devedor e as testemunhas sustentaram que o pagamento foi feito por terceiro, no entanto, nada restou comprovado. Mantida a sentença. Apelo

7



92

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

desprovido. (Apelação Cível Nº 70040529554, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Munira Hanna, Julgado em 20/03/2014)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE FESTA DE 15 ANOS. ALEGAÇÃO DE QUE A RÉ NÃO PAGOU PELOS SERVIÇOS PRESTADOS, TENDO EM VISTA QUE OS CHEQUES FORAM SUSTADOS. ÔNUS DA DEVEDORA DE COMPROVAR A QUITAÇÃO DA DÍVIDA.1- Alega o autor que a ré o contratou para prestar serviços na festa de 15 anos da sua filha. O autor ajuizou a ação com base nos cheques que a ré lhe deu como forma de pagamento, tendo em vista que foram sustados.2. O cheque constitui início de prova da existência de débito, ainda quando tenha sido sustado ou tenha perdido a força executiva. 2- Tendo o autor acostado o contrato de prestação de serviços, juntamente com as cópias entregues para pagamento dos serviços, era ônus da ré, enquanto sacadora e principal devedora, comprovar o pagamento e justificar a posse das cópias em mãos do credor.3. Não há prova de que os serviços tenham sido prestados de forma diversa do contratado, ou que tenham sido pagos de outro modo, e que a ré tenha efetuado pagamento sem resgatar o cheque correspondente.4- Sentença que merece ser

8



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos,
consoante o disposto no art. 46 da Lei 9099/95.
Recurso Improvido. (Recurso Cível Nº 71004551909,
Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais,
Relator: Roberto José Ludwig Julgado em 28/10/2013).

Em face do exposto, **nego provimento ao presente recurso**,
mantendo-se incólume a sentença em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 02 de julho de 2014.


Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator